



CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRITO

REQUERIMENTO Nº 372 / 2025

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma regimental, que seja solicitado à Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação informações detalhadas acerca do reajuste aplicado no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) referente ao exercício de 2025.

Conforme divulgado, a Prefeitura de Itabirito realizou uma atualização no cadastro imobiliário, identificando novas construções e modificações em edificações existentes, o que resultou em alterações nos valores do IPTU.

Dia a Dia Notícias

Diante disso, solicito as seguintes informações:

- 1) Critérios Utilizados: Quais foram os critérios específicos adotados para a atualização do cadastro imobiliário e consequente reajuste do IPTU?
- 2) Índice de correção: Qual índice de correção monetária foi aplicado para o cálculo do reajuste do IPTU 2025?
- 3) Impacto no Valor Venal: Como a atualização do cadastro influenciou no valor venal dos imóveis e, por conseguinte, no valor do IPTU?
- 4) Procedimento para Revisão: Qual é o procedimento para os contribuintes que desejam contestar ou solicitar revisão dos valores lançados?

- 5) Prazo para Solicitação de Revisão: Qual o prazo estabelecido para requerer a revisão do valor do IPTU

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento visa esclarecer as bases técnicas, legais e administrativas utilizadas pela Secretaria Municipal de Fazenda e Tributação na definição dos valores do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o exercício de 2025.

Conforme amplamente divulgado, a Prefeitura de Itabirito realizou uma atualização no cadastro imobiliário, que resultou em alterações significativas nos valores lançados para diversos contribuintes. Tal medida tem impacto direto sobre a arrecadação municipal, mas também sobre a capacidade contributiva da população, exigindo, portanto, transparência e ampla divulgação dos critérios adotados.

Nesse sentido, torna-se essencial que esta Casa Legislativa receba informações detalhadas sobre os critérios técnicos utilizados na atualização cadastral, o índice de correção aplicado, o impacto no valor venal dos imóveis e os meios disponíveis para que os cidadãos possam contestar ou solicitar revisão dos valores lançados, especialmente considerando o princípio da legalidade e o direito ao contraditório e à ampla defesa.

A solicitação das informações descritas têm por objetivo garantir o acompanhamento efetivo das ações do Poder Executivo e assegurar o exercício do controle social e fiscalizatório por parte do Poder Legislativo e da sociedade itabiricense.

Sala de Reuniões, em 26 de Maio de 2025.

Ezio
Pimenta:02829530608

Digitally signed by Ezio
Pimenta:02829530608

DEFERIDO

EM 26/05/25


PRÉSIDENTE